



Comunicado de Imprensa

Luxemburgo, 14 de novembro de 2018

Ação da UE para o bem-estar dos animais: reduzir o desfasamento entre objetivos ambiciosos e aplicação no terreno, afirma o Tribunal de Contas Europeu

As ações da UE para o bem-estar dos animais tiveram êxito em alguns aspetos importantes, mas subsistem insuficiências relacionadas com os animais de criação, segundo o novo relatório do Tribunal de Contas Europeu. A Comissão elaborou orientações sobre o transporte e abate dos animais, bem como sobre o bem-estar dos suínos, mas continuam a existir questões que se prendem com a aplicação no terreno. Os Estados-Membros geralmente dão resposta às recomendações da Comissão Europeia, declara o Tribunal, mas podem demorar muito a fazê-lo.

As normas da UE em matéria de bem-estar dos animais são das mais rigorosas a nível mundial e incluem regras em matéria de criação, transporte e abate de animais de criação. A Política Agrícola Comum (PAC) relaciona os pagamentos agrícolas com o cumprimento de requisitos mínimos de bem-estar dos animais e a política de desenvolvimento rural incentiva os agricultores a aderirem a normas mais rigorosas. No período de 2014-2020, 18 Estados-Membros afetaram 1,5 mil milhões de euros a pagamentos relacionados com o bem-estar dos animais no âmbito do desenvolvimento rural.

Para examinar o controlo do bem-estar dos animais de criação e a execução global da estratégia da UE relativa ao bem-estar dos animais, os auditores visitaram cinco Estados-Membros: Alemanha, França, Itália, Polónia e Roménia. O Tribunal concluiu que as ações da UE tiveram êxito em alguns domínios, mas continuavam a existir insuficiências no cumprimento das normas mínimas. É possível melhorar a coordenação com os controlos de condicionalidade e a PAC poderia ser mais bem utilizada para promover normas mais rigorosas em matéria de bem-estar dos animais.

"O bem-estar dos animais é uma questão importante para os cidadãos da UE", afirmou Janusz Wojciechowski, o Membro do Tribunal de Contas Europeu responsável pelo relatório. "A Comissão Europeia tem lidado proativamente com as preocupações das partes interessadas, mas ainda temos de reduzir o desfasamento entre os objetivos ambiciosos e a aplicação prática."

A Comissão recorreu a orientações e a medidas de controlo da aplicação, tendo sido bem-sucedida em domínios importantes, nomeadamente na estabulação de porcas em grupo e na proibição de gaiolas demasiado pequenas para as galinhas poedeiras. A Comissão e os Estados-Membros

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu.

O texto integral encontra-se em www.eca.europa.eu.

ECA Press

Mark Rogerson – Porta-voz

Tel.: (+352) 4398 47063

Telemóvel: (+352) 691 55 30 63

Damijan Fišer – Adido de imprensa

Tel.: (+352) 4398 45410

Telemóvel: (+352) 621 55 22 24

12, rue Alcide De Gasperi - L-1615 Luxembourg

E-mail: press@eca.europa.eu

[@EUAuditors](https://twitter.com/EUAuditors)

eca.europa.eu

prepararam, e distribuíram em grande escala, orientações para melhorar a compreensão e a aplicação dos requisitos jurídicos. Os Estados-Membros visitados geralmente seguiram as recomendações da Comissão, mas por vezes demoraram muito tempo a fazê-lo.

Subsistem insuficiências em alguns domínios, afirma o Tribunal, sobretudo relacionadas com o sistemático corte da cauda dos suínos, o incumprimento das regras em matéria de transporte de longa distância e transporte de animais inaptos e a utilização de métodos de atordoamento no abate.

Os sistemas de controlo oficiais dos Estados-Membros são um fator fundamental. O Tribunal detetou boas práticas, em especial no que se refere à coerência das inspeções oficiais, mas também a necessidade de incidir em domínios e operadores de empresas com um risco mais elevado de incumprimento. Os Estados-Membros poderiam utilizar melhor as informações resultantes das auditorias internas e das queixas para melhorarem a sua gestão da política de bem-estar dos animais.

De um modo geral, os Estados-Membros instauraram mecanismos adequados para os controlos de condicionalidade relativos ao bem-estar dos animais, afirma o Tribunal. Contudo, a coordenação com as inspeções oficiais pode ser melhorada. Houve casos em que as sanções aplicadas pelos organismos pagadores não eram proporcionais à gravidade das irregularidades.

O Tribunal formula recomendações destinadas à Comissão Europeia, com vista a melhorar a gestão da política de bem-estar dos animais. Estas abrangem o quadro estratégico do bem-estar dos animais, uma maior eficácia das medidas de controlo da aplicação, orientações para assegurar a conformidade, o reforço das ligações entre a condicionalidade e o bem-estar dos animais e ações para dar uma melhor resposta ao bem-estar dos animais através da política de desenvolvimento rural.

Nota aos diretores das publicações

O setor pecuário da UE representa 45% da sua atividade agrícola total, gera uma produção de 168 mil milhões de euros anualmente e assegura cerca de 4 milhões de postos de trabalho. Os setores associados (transformação de leite e de carne, alimentos para animais) têm um volume de negócios anual de aproximadamente 400 mil milhões de euros. A aplicação coerente de normas de bem-estar dos animais contribui para uma concorrência equitativa nesses setores.

O Tribunal apresenta os seus relatórios especiais ao Parlamento Europeu e ao Conselho da UE, bem como a outras entidades interessadas como os parlamentos nacionais, partes interessadas do setor e representantes da sociedade civil. A grande maioria das recomendações formuladas nos relatórios do TCE é posta em prática. Este elevado nível de aceitação salienta os benefícios do trabalho do Tribunal para os cidadãos da UE.

O Relatório Especial nº 31/2018, "Bem-estar dos animais na UE: reduzir o desfasamento entre objetivos ambiciosos e aplicação prática", está disponível no sítio Internet do TCE (eca.europa.eu) em 23 línguas da UE.